

Diário do Legislativo de 24/11/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 309ª Reunião Ordinária

1.2 - Evento Realizado na 307ª Reunião Ordinária - Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra

1.3 - 156ª Reunião Especial

1.4 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 309ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/11/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.878 a 1.880/2001 - Requerimentos nºs 2.851 a 2.868/2001 - Proposições Não Recebidas: Projeto de resolução do Deputado Antônio Carlos Andrada e requerimento do Deputado Marco Régis - Comunicações: Comunicações das Comissões de Política Agropecuária e de Educação - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h05min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª- Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.878/2001

Declara a fábrica Fiação e Tecidos Santa Bárbara patrimônio histórico, cultural, paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada patrimônio histórico, cultural, paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais a fábrica Fiação e Tecidos Santa Bárbara, situada no Município de Augusto de Lima.

Parágrafo único - Integram o patrimônio de que trata o "caput" deste artigo as unidades de conservação e outras obras de artes integradas na fábrica.

Art. 2º - A declaração de que trata o art. 1º tem como objetivos:

I - proteger os sítios de valor histórico, cultural, turístico e paisagístico;

II - estimular o turismo histórico e ecológico e a educação ambiental;

III - preservar os imóveis;

IV - promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população circunvizinha;

V - receber subsídios e incentivos fiscais, para fim de conservação do patrimônio.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 60 dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2001.

Elbe Brandão

Justificação: O projeto em tela tem por finalidade declarar a Fiação e Tecidos Santa Bárbara Ltda. patrimônio histórico e cultural do Estado de Minas em face de sua rica história secular.

A Fiação e Tecidos Santa Bárbara, antiga Cia. Fiação e Tecidos Santa Bárbara, teve sua fábrica construída em 1870, pelo então Conselheiro do Imperador D. Pedro II, Conselheiro João da Mata Machado. O local, Curumataí, no Município de Augusto de Lima, distando 175km de Montes Claros, foi escolhido devido à queda-d'água ao pé da serra do Espinheiro, pois era o maquinário movido a roda-d'água. Nessa época, em que se desenrolava a Segunda Revolução Industrial, foram construídas, também em Minas Gerais, as fábricas da Cedro e Biribiri, como tantas outras pelo Brasil afora, destacando-se que, em Minas Gerais, a de Santa Bárbara foi a segunda indústria têxtil a ser implantada.

Com a queda do Império, o Conselheiro Mata Machado perdeu a fábrica, ficando todos os bens do Império, para o Conde João Leopoldo Modesto de Leal, tendo em 1950 a família Paculdino, na pessoa do Sr. João Paculdino Ferreira, adquirido a fábrica dos herdeiros do dito senhor.

Em 1962, durante uma tempestade, foi o prédio da fábrica parcialmente destruído por um raio, o que levou à construção de uma nova fábrica, onde então foram instalados equipamentos japoneses (Osaka Machine e Sakamoto) dos anos de 1954 e 1962.

De destacar mais é o fato de que essa nova unidade é a indústria têxtil mais antiga do mundo ainda em funcionamento, sendo de observar que o processo utilizado é o mesmo dos dias de hoje, faltando apenas automação.

Com mais de um século de história, apesar de todos os percalços, seguiu a empresa firme em seu propósito principal de ser um sustentáculo social e econômico para a comunidade que se formou e se desenvolveu em seu redor, sendo de considerar que a força tida pelo empreendimento para superar as intempéries, que foram tantas e tão diversificadas no decorrer dos tempos, certamente adveio do fato dos objetivos sociais sempre terem sido colocados à frente dos interesses econômicos.

Com tal política de atuação, a indústria sempre atendeu às necessidades básicas da comunidade, como segurança, limpeza, saúde, educação e moradia, subsidiando os gastos dos seus funcionários com alimentação (carne e leite) e saúde (médicos e dentistas), mantendo sempre toda uma infra-estrutura à disposição da comunidade, envolvendo farmácia, clube recreativo, postos médico e dentário, além de escola, sendo de destacar o apoio incondicional que é dado à "associação comunitária", que funciona como elemento de direcionamento dos recursos destinados a garantir a sustentação das necessidades básicas dos membros da comunidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.879/2001

Institui o Dia Estadual do Moveleiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual do Moveleiro, a ser comemorado anualmente, na data de 18 de maio.

Art. 2º - As comemorações alusivas à data compreendem a realização de seminários, debates, concursos, oficinas, campanhas e outras atividades que visem a estimular a expansão da atividade econômica do setor moveleiro no Estado.

Art. 3º - Para a realização dos eventos mencionados nesta lei, o Poder Executivo poderá celebrar acordos com as entidades organizadas da sociedade civil interessadas em participar das comemorações.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A indústria moveleira, em Minas Gerais, tem experimentado um momento de expressiva expansão, com a instalação de novos pólos moveleiros em diferentes regiões de nosso Estado, contribuindo para a criação de novos empregos e a geração de renda para a população.

Esse impulso acentuou-se ainda mais a partir de 1999, quando a Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei de autoria deste parlamentar que reduziu a carga tributária incidente sobre o setor, que recebeu a medida com grande entusiasmo e a entendeu como instrumento efetivo para a realização de novos investimentos.

A proposição que apresentamos, ao instituir o Dia Estadual do Moveleiro, busca incentivar a expansão dessa importante atividade econômica de nosso Estado, promovendo ações que estimulem o crescimento da atividade, o aperfeiçoamento profissional e a conseqüente inserção de nosso Estado nesse concorrido mercado, em nível nacional e internacional.

Por estas razões, aguardo dos meus nobres pares a aprovação a esta nossa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Turismo para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 1.880/2001

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro dos Ferros o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Pedro dos Ferros o imóvel constituído da área de 30m (trinta metros) de frente por 40m (quarenta metros) de comprimento, integrante do terreno de propriedade do Estado, com a área de 18.020,20m² (dezoito mil e vinte vírgula vinte metros quadrados), situado no Distrito de Águas Férreas, naquele município, registrado sob o nº 892, às fls. 42v do livro 2-A, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Casca.

Parágrafo único - A doação do terreno a que se refere este artigo destina-se à construção de uma quadra poliesportiva coberta.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 (três) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2001.

Mauri Torres

Justificação: A área que ora se pretende seja doada ao Município de São Pedro dos Ferros constitui parcela de outra, onde atualmente funciona a Escola Estadual Omar Rezende Peres.

Constata-se, por um lado, que este terreno não é de todo utilizado pela escola, sendo, por outro, legítimo anseio da comunidade que se construa, na sua parte ociosa, uma quadra poliesportiva coberta.

Diante disso e considerando que a alienação desta área ao patrimônio municipal é medida imprescindível para se dispor de recursos federais destinados à realização de tal obra, apresentamos este projeto de lei, cuja aprovação certamente satisfará requisito legal indispensável à doação - o interesse público.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para que seja dada ao Poder Executivo a necessária autorização para a transferência de domínio do terreno.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.851/2001, do Deputado Agostinho Patrús, solicitando seja consignado nos anais da Casa, voto de congratulações com o Deputado Vittorio Medioli, Presidente do jornal "O Tempo", pela passagem do 5º aniversário de fundação desse veículo de comunicação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.852/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Liberal, Chefe da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, pelo trabalho que vem desenvolvendo nesse órgão. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 2.853/2001, do Deputado Marco Régis, solicitando seja consignado nos anais da Casa, voto de congratulações com o Município de Cabo Verde pela passagem do 135º aniversário de emancipação político-administrativa desse município.

Nº 2.854/2001, do Deputado Marco Régis, solicitando seja consignado nos anais da Casa, voto de congratulações com o Município de Nova Resende pela passagem do 76º aniversário de emancipação político-administrativa desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.855/2001, do Deputado Marco Régis, solicitando seja consignado nos anais da Casa, voto de congratulações com a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho pela passagem de seus 30 anos de fundação e por sediar e promover, juntamente com as Sociedades Brasileira e Internacional de Motricidade Humana, o II Congresso Internacional de Motricidade Humana. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.856/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do BDMG informações sobre o Programa de Investimentos Sociais na Área de Influência da Cia. Vale do Rio Doce. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.857/2001, da Comissão de Transporte, pleiteando seja solicitada ao Secretário de Esportes a construção de uma quadra poliesportiva em Bonito de Minas. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.858/2001, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Procurador-Geral de Justiça do Estado providências a fim de que os responsáveis por abrigos de crianças comuniquem ao Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude, no prazo legal, a relação das crianças neles abrigadas.

Nº 2.859/2001, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado providências para a criação de novas varas de família na Comarca de Belo Horizonte e para que nelas seja oferecido serviço de assistência social, psicologia e psiquiatria.

Nº 2.860/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Comando-Geral da PMMG denúncia formulada por Vereadores à Câmara Municipal de Itamarandiba.

Nº 2.861/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Comandante-Geral da PMMG denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Cleston Roni de Abreu.

Nº 2.862/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Comandante-Geral da PMMG denúncia apresentada a esta Casa pelo responsável pelo menor Daniel Ribeiro Coutinho.

Nº 2.863/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Duriam José de Souza.

Nº 2.864/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Conselho Tutelar Regional da Pampulha denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Duriam José de Souza.

Nº 2.865/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Promotoria de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente denúncia apresentada a esta Casa pelo responsável pelo menor Daniel Ribeiro Coutinho.

Nº 2.866/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Comandante-Geral da PMMG denúncia formulada pela Sra. Nancy Rosa da Silva.

Nº 2.867/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude denúncia formulada pela Sra. Nancy Rosa da Silva.

Nº 2.868/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - com vistas a que seja revista a interdição da Rádio Comunitária Constelação.

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

Institui a Procuradoria Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica instituída a Procuradoria Parlamentar da Assembléia, à qual se reporta a Procuradoria-Geral.

Parágrafo único - A Procuradoria Parlamentar é órgão executivo, equiparando-se, no âmbito de sua competência e na proporção de suas responsabilidades, à Mesa da Assembléia e à Corregedoria.

Art. 2º - O cargo de Procurador Parlamentar é exercido por Deputado, cuja nomeação será feita pelo Presidente, ouvido o Colégio de Líderes.

Parágrafo único - A nomeação do Procurador Parlamentar ocorrerá no início da sessão legislativa, a cada 2 (dois) anos.

Art. 3º - O cargo de Procurador-Geral, que se reporta ao Procurador Parlamentar, é de provimento em comissão e de recrutamento limitado aos servidores do quadro efetivo da Assembléia.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, de novembro de 2001.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: O assessoramento jurídico e a representação em juízo da Assembléia devem ser processados para atender aos interesses do povo, cujos representantes são os Deputados. Assim, faz-se mister a perfeita identificação entre o desempenho da Procuradoria-Geral e o pensamento do corpo de parlamentares.

Nossa proposição leva em conta exatamente essa necessidade, cujo atendimento, em última análise, diz respeito à própria afirmação do Poder. É com base nesse pressuposto que propomos instituir a figura do Procurador Parlamentar, escolhido entre os Deputados, o qual dará as diretrizes para o trabalho da Procuradoria-Geral, sem prejuízo da qualificação técnico-jurídica e das responsabilidades desta última. Contamos, portanto, com a aprovação da Casa para a nossa iniciativa.

A Presidência deixa de receber o projeto, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno.

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Marco Régis, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Guaranésia pelo centenário de sua emancipação político-administrativa. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Política Agropecuária e de Educação.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para homenagear a UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, pelo transcurso do seu 40º aniversário de fundação.

- A ata deste evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

Oradores Inscritos

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva profere discurso, que será publicado em outra edição.

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Comissão de Educação requer a suspensão dos trabalhos da Comissão Especial constituída para arguir a professora Janete Gomes Barreto Paiva, indicada pelo Governador do Estado para integrar o Conselho Estadual de Educação, até que esse órgão envie à Assembléia as informações solicitadas pelo Deputado Antônio Carlos Andrada em requerimento aprovado na Comissão de Educação.

Uma vez que a Comissão de Educação não formalizou o pedido de informações junto à Mesa da Assembléia e considerando que tais informações não possuem nenhuma relação com o mérito do parecer a ser emitido pela comissão especial, a Presidência deixa de receber o requerimento ora apresentado.

Mesa da Assembléia, 22 de novembro de 2001.

Wanderley Ávila, 2º-Secretário, no exercício da Presidência

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 1.387/2001 recebeu, quanto ao mérito, parecer contrário das Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira, às quais foi distribuído, tendo sido considerado rejeitado, nos termos do art. 191 do Regimento Interno.

A Presidência informa, ainda, que o prazo para a apresentação do recurso previsto no art. 104 do Regimento Interno inicia-se com a publicação deste despacho.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa nº 9, os Requerimentos nºs 2.858 a 2.868/2001, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 72ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 1.829/2001, do Governador do Estado; e dos Requerimentos nºs 2.783/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.805/2001, do Deputado Márcio Kangussu; e de Política Agropecuária - aprovação, na 77ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 1.791/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.800/2001, do Deputado Márcio Kangussu; e do Requerimento nº 2.781/2001, do Deputado Chico Rafael (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 23, às 15 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 307ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/11/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Paulo Piau - Apresentação musical - Palavras do Sr. Williman Hestefany da Silva - Palavras do Sr. Floriano de Lima Nascimento - Apresentação musical - Entrega de placas.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Olavo Romano, Chefe de Gabinete da Secretaria da Cultura, representando o Secretário, Sr. Ângelo Oswald; Williman Hestefany da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra da Secretaria do Trabalho; Floriano de Lima Nascimento, membro do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra; Erildo do Nascimento, Superintendente da 11ª Superintendência Regional de Ensino de Diamantina; Aloísio Pimenta, ex-Reitor da UFMG e da UEMG; Raimunda da Silva Santos, professora do Estado; e Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado por Maria Madalena Silva.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

A data nacional de hoje, 20 de novembro, é exemplo e símbolo das transformações políticas e sociais que a própria sociedade brasileira vem realizando ao longo de sua sofrida história. De fato, se hoje, o 20 de novembro honra e celebra a memória viva do líder negro Zumbi - imortalizado como Zumbi dos Palmares e reconhecido oficialmente como herói nacional -, este reconhecimento é uma conquista do movimento negro organizado de nosso País.

Como símbolo, esta data impõe-se como afirmação do negro na formação da identidade cultural brasileira. Como exemplo, Zumbi ressurgiu na memória coletiva nacional acima das marcas da escravidão. Representa a resistência de um povo que, vindo da mãe África para o trabalho forçado no Brasil, soube descobrir e construir seu espaço de liberdade e de fraternidade.

Durante 100 anos o sonho e a realidade dos quilombos resistiram nas terras de Palmares. Ninguém sabia ao certo onde ficava, mas ninguém duvidava de sua existência: os escravos que escapavam dos cativéis sabiam como chegar lá. E eram 3 mil, depois passaram a 5 mil, e chegaram a formar uma população de 30 mil homens e mulheres, entre negros, índios e brancos, vivendo em harmonia. Vivendo, sobretudo, em liberdade.

Nas montanhas que dominavam a parte superior do rio São Francisco, nas matas fechadas de Pernambuco, erguia-se a terra prometida. Por 16 vezes, o poder colonial tentou destruir Palmares. Em 15 delas, Palmares resistiu. Até aquele 20/11/1695, quando o exército colonial, pela mão impiedosa de Domingos Velho, ceifou a vida do guardião valente e fiel de Palmares.

Hoje, o espírito do quilombo democrático vibra no Dia Nacional da Consciência Negra. Consciência humana de ser livre. Consciência humana de que, sob a opressão política, econômica ou social, uma verdade sobrevive: "cidadãs, cidadãos, somos todos irmãos", como canta o "Hino à Negritude", composto pelo Prof. Eduardo de Oliveira.

Mas sabemos que é longo o caminho a ser ainda percorrido na conquista e na afirmação dos direitos sociais dos negros no Brasil. Como assinalam os mais lúcidos historiadores, de Sérgio Buarque de Holanda a Flávio dos Santos Gomes, o nosso País está fundado em um projeto excludente, em que o objetivo das elites é manter a diferença com relação ao restante da população.

Eis porque, conforme apontam esses historiadores, o escravismo permanece em seus efeitos perversos, como espécie de espinho encravado em nossa garganta. Um espinho que vai sendo extraído em lições de nobreza, na voz de D. Ivone Lara, na sabedoria de Milton Santos, no verbo imortal de Castro Alves, nos versos de Cruz e Sousa, na arte de Milton Gonçalves, na obra de um mestre como Machado de Assis, na vida de Clementina de Jesus, na criação artística da "Máscara Negra" de Zé Kéti, no pensamento de um Nabuco e de um Patrocínio.

São páginas e páginas de ouro nas quais foram inscritos pela raça negra, em mais de quatro séculos de presença africana no Brasil, grandes monumentos do patrimônio nacional, da música à literatura, do folclore à pintura, do esporte à política, do teatro à filosofia, em todos os domínios da criação humana.

E, no entanto, quantas picadas - as mesmas que os escravos abriam nas matas para alcançar a liberdade dos Quilombos - ainda temos que abrir na consciência nacional; no respeito à nossa diversidade racial; no reconhecimento à contribuição dos povos que formam o processo civilizatório brasileiro; na consciência de que nas veias de negros, brancos, índios e mestiços correm o mesmo sangue brasileiro.

É, portanto, com muita honra e sentimento de irmandade que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por iniciativa do Deputado Paulo Piau, participa hoje do Dia Nacional da Consciência Negra.

Queremos que se fortaleça em nós a consciência do que fomos, do que somos e do que poderemos ser um dia, construindo o sonho e o ideal de Zumbi: uma verdadeira democracia racial, nossa mais legítima destinação como sociedade e nosso patrimônio humano maior. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Paulo Piau

Exmos. Srs. Presidente em exercício, Deputado Wanderley Ávila, Dr. Olavo Romano, Williman Hestefany da Silva, Floriano de Lima Nascimento, Herildo do Nascimento, amigo e conselheiro Aloísio Pimenta, gostaria ainda de cumprimentar a família Alcântara e a Maria Madalena, por essa bela entoação do Hino Nacional. Cumprimento ainda a todos os presentes, os Srs. Deputados e Deputadas, as pessoas presentes nas galerias e, de maneira especial, meu amigo Ronaldo Reis, que veio de Uberaba para participar dos trabalhos neste dia.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente da Assembléia e à Mesa, por nos conceder este espaço neste dia 20 de novembro para homenagearmos a comunidade negra no Dia Nacional da Consciência Negra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia desta Casa, a qual tenho a honra de presidir desde o início do ano, definiu, na área da educação, acompanhar a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior, de responsabilidade do Governo do Estado. E temos alcançado vitórias com o apoio desta Casa, sobretudo no que diz respeito à destinação de recursos à UEMG e à UNIMONTES. Na área da ciência e tecnologia, elegemos a FAPEMIG como ponto de atenção na transferência de recursos para o desenvolvimento tecnológico. Por fim, na área da cultura, elegemos a raça negra como parte central das preocupações da nossa Comissão.

Neste momento, quero registrar a presença do Deputado João Pinto Ribeiro, companheiro da Comissão e que também participou dessas definições.

Sr. Presidente, o Brasil é a segunda maior nação negra do mundo - são 70 milhões de negros -, superada apenas pela Nigéria. Evidentemente, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia sabe que os 112 anos de abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea, infelizmente deixaram o negro sem teto, sem terra, sem emprego, sem dignidade e sem oportunidade. No entanto, é claro, o negro bravamente resistiu a tudo e vem influenciando decisivamente na formação da nação brasileira, seja na cultura, na arte, na religiosidade, na economia, na mineração, na indústria e - por que não dizer? - em todos os aspectos da vida econômica do nosso País.

Mas o negro está ausente da vida política, dos órgãos públicos, dos empregos de qualidade e, como força de expressão, das universidades. Apenas 2% dos estudantes negros deste País participam da vida universitária. Portanto, o Brasil tem uma dívida muito grande com essa comunidade, e é preciso que aconteça, começando por Minas Gerais, uma mudança de comportamento relacionada com o trato da comunidade negra. Com certeza, Minas Gerais, que já influenciou tantas coisas da vida nacional, terá capacidade também para influenciar o Brasil, na oportunidade que devemos buscar para a raça negra no território nacional. Mas essa oportunidade não pode ser caracterizada como um favor, nem a comunidade negra quer assim; quer uma oportunidade. E essa oportunidade vem como formação da pessoa, na educação.

Evidentemente, temos que diminuir nossos diagnósticos. São 112 anos de abolição da escravidão, e até hoje fazemos o diagnóstico da situação da comunidade negra no nosso País. Chegou o momento de, com todos os diagnósticos realizados e prontos, partirmos para uma posição efetiva de buscar ações e políticas públicas que venham caracterizar uma oportunidade para a comunidade negra.

Hoje, pela manhã, fizemos uma reunião que julgo da mais alta importância, a qual tratou da inserção do negro na vida nacional, com um subtema importante, o negro e a educação. Tivemos uma palestra brilhante do Prof. Herildo, e todas as pessoas que participaram do debate também enfocaram o mesmo problema: como fazer a inserção do negro. Evidentemente que tudo isso passa pela educação. Discutimos as vagas na universidade. Sei que a comunidade é dividida quanto a esse tema, mas é claro que, como bem disse o Prof. Aluísio Pimenta, é uma discriminação positiva. Chegamos à conclusão de que temos que criar massa crítica para que o negro tenha a oportunidade que todos queremos neste País, que atualmente possui quase metade de sua população negra. Aliás, não apenas uma inserção, como disse, de um reconhecimento, mas como uma força de trabalho que poderá, sem dúvida nenhuma, ajudar o Brasil a crescer e desenvolver-se, porque é quase metade da população brasileira, que, se bem-educada, instruída e com a devida oportunidade, fará do Brasil um outro país, com uma política de inserção da raça negra.

Para não alongar muito, quero pedir permissão à Profa. Rosa Margarida - e o Prof. Aluísio fez um artigo, publicado em um jornal da Capital - para ler a Declaração dos Direitos Essenciais da Criança Negra na Escola. Se não podemos inventar algo melhor, devemos divulgar as boas coisas. Aqui fica a homenagem à criança, que é o alicerce, o começo da retomada da oportunidade da raça negra. (- Lê:)

"Toda criança negra tem o direito de encontrar na escola um espaço prazeroso de informação, formação e socialização, onde ela possa construir positivamente sua identidade e orgulhar-se dela.

Fica garantido à criança negra o direito de viver e conviver em igualdade de condições com todas as etnias, vendo a história de seu povo também sendo contada, sua cultura valorizada e reconhecidos os reais legados de seus ancestrais africanos para todo o povo brasileiro.

Fica decretado que toda criança negra terá garantido o seu sucesso escolar, porque todo educador, em sua formação profissional, deverá ser preparado para lidar com os conteúdos necessários ao conhecimento histórico e cultural do povo negro, fazendo também uma auto-análise e autocritica sobre os valores e conceitos que ele traz introjetados nessa cultura e seu povo.

Fica garantida a todas as crianças negras a alegria de ver sua imagem representada nos livros e textos didáticos, nos cartazes e murais da escola.

Fica decretada a visibilidade dos negros e negras nas festas e cerimônias cívicas dentro do ambiente escolar.

A criança negra tem direito a ser respeitada em sua dignidade humana. Fica proibida a veiculação de textos na escola contendo preceitos e estereótipos que possam inferiorizar o povo negro. Ficam valendo apenas aqueles que levem todos os alunos a desenvolverem atitudes democráticas e de respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-cultural brasileira.

Fica estabelecido o fim do silêncio que tem envolvido a questão racial na escola, do etnocentrismo tendo como base as culturas européias, do fazer pedagógico desvinculado da realidade do aluno, sem levar em conta os documentos pedagógicos e políticas voltadas para as classes populares.

Portanto, fica decretado que se criem possibilidades a todas as crianças negras de constituírem-se cidadãs plenas, interagindo em sua realidade, sendo capazes de transformá-la, revertendo sua situação de exclusão, modificando significativamente as estatísticas negativas quanto ao seu sucesso escolar".

Sr. Presidente, termino dizendo que o Prof. Herildo, hoje pela manhã, pediu a que criemos no País, especialmente neste Estado, mais quilombos. Na nossa audiência pública hoje pela manhã, identificamos alguns quilombos. Identificamos o quilombo da jornalista Márcia do jornal "O Tempo", na Favela do Papagaio; identificamos um quilombo na UFMF, relatado pelo Wanderson e evidentemente pelo Prof. Vicente, um baluarte dessa instituição; identificamos o quilombo da escola da própria Rosa Margarida, onde existe uma resistência; identificamos o quilombo do Conselho Estadual e os que estão nas cidades aqui representados pelo Ronaldo Reis, o Conselho Afro-Brasileiro de Uberaba, que também é um quilombo de resistência.

Terminando, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia se postou hoje pela manhã e reafirma neste momento que será, com a permissão dos companheiros Deputados João Pinto Ribeiro e Dalmo Ribeiro Silva, mais um quilombo, para que possamos desenvolver e aprovar políticas públicas que possam inserir a comunidade negra na vida nacional. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a Família Alcântara Coral, de João Monlevade, que, sob a regência do maestro Pedro Antônio, executará as músicas "Abagagi" e "Um Abraço Negro".

- Procede-se à apresentação do coral.

Palavras do Sr. Williman Hestefany da Silva

Exmo. Sr. 2º-Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Wanderley Ávila, representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio; Exmo. Sr. Olavo Romano, Prof. Floriano de Lima Nascimento, Sr. Herildo do Nascimento, Prof. Aluísio Pimenta, Deputado Paulo Piau, demais Deputados, autoridades, senhores, senhoras, família Alcântara, é uma honra, em nome do Conselho Estadual de Integração e Participação da Comunidade Negra, receber esta homenagem desta egrégia Casa Legislativa, no Dia Nacional da Consciência Negra.

Temos muito a conquistar em termos de direitos para a raça negra de nosso País. Não hesitamos em lutar pelo verdadeiro lugar do negro em nossa sociedade, junto a todos os que se disponham a isso. Cito, como exemplo dessa parceria, o Governador Itamar Franco, que, sensivelmente, implantou o Conselho da Comunidade Negra no Estado de Minas Gerais.

Teríamos muito a falar sobre o quanto esta política neoliberal aplicada em nosso País fabrica, em escala industrial, a exclusão e a pobreza, no mundo inteiro. É evidente que os mais excluídos, os mais golpeados pela perda de direitos que aflige a todos são os que menos direitos têm, como é o caso das vítimas do racismo. E no Brasil a discriminação racial é latente. Para procurar emprego, coisa praticamente inexistente, a cínica cláusula da "boa aparência" vem à tona. Na TV, afro-descendentes só aparecem como coadjuvantes e em papéis de subalternos. Quando há batida policial, é logo o "encosta aí", quando não alguma execução sumária, como o caso da Candelária.

A historiografia oficial ignora olímpicamente o papel do negro na identidade nacional. Queremos o resgate da história do negro e a preservação de áreas remanescentes de quilombos no território do nosso Estado, e o Conselho lutará por isso.

O Governo Federal tenta a todo custo golpear ainda mais os trabalhadores e seus direitos a FGTS, carteira assinada, seguro-desemprego, 13º salário, férias remuneradas, aposentadoria, repouso semanal remunerado e a própria CLT.

A mortalidade infantil é maior na população negra, e menor a perspectiva de vida. O negro é a vítima preferencial da violência, do abandono, da evasão escolar e do funil na universidade. A herança maldita da escravidão continua a cobrar seu preço, e aí se fazem necessárias políticas corretivas.

Mas estamos aqui principalmente para resgatar nossa luta contra essa discriminação. Destacaria neste momento, principalmente, o que registramos como mais importante da III Conferência Mundial contra o Racismo.

Com a presença de 150 países, a Conferência significou um enorme avanço da luta dos povos contra o racismo, condenando a política de "apartheid" nos territórios palestinos promovida pelo governo de Israel e dos Estados Unidos e denunciando a escravidão como um crime de lesa-humanidade. A delegação brasileira, com mais de 600 integrantes, teve importante participação, denunciando o empobrecimento causado pela submissão à política do FMI.

Hoje nos é lícito afirmar que a presente geração de brasileiros de todas as matizes vive um momento histórico muito especial, particularmente os brasileiros afro-descendentes, que carregam consigo a sagrada herança de luta pela liberdade e contra a destruição de sua própria humanidade. Essa geração de negros e de negras, em que pese à rudeza dos combates em que vive englobada 24 horas por dia em favor de seus semelhantes, ainda assim tem demonstrado todo o poder de sua determinação, com vistas a honrar e a engrandecer o patrimônio cívico herdado de seus valentes e intemoratos antepassados. É dentro desse espírito de coragem e de independência que esses negros e negras, com sua argúcia de pesquisadores, foram revolvendo as páginas da história para encontrar fatos incontestáveis e heróicos protagonistas que hoje passam a fazer parte do respeito e da admiração de quantos sintam-se dignos de ser pessoas feitas à imagem e semelhança de Deus. Entre esses vultos resgatados do limbo do total esquecimento, o nome de Zumbi dos Palmares, com a galhardia de sua estirpe de guerreiro, começou a aparecer e a tomar formas grandiloqüentes de um autêntico herói nacional, que a historiografia oficial havia relegado, por uma questão de discriminação e de preconceito.

E com Zumbi, com esse astro de primeira grandeza, dois episódios de bravura, que agora enaltecem a nossa brasilidade, vem ao nosso conhecimento o seguinte fato: esse gigante de ébano veio a falecer, de armas na mão, lutando em defesa do Quilombo dos Palmares, precisamente no dia 20 de novembro de 1695. Há 306 anos, essa data tem grande valor para todos os brasileiros, quer sejam negros ou não, pela redenção do nome de Zumbi dos Palmares e pela própria história dos afro-descendentes em nosso País.

É no âmbito dessas considerações que o dia 20 de novembro tem todos os ingredientes cívicos para transformar-se em feriado nacional, como já é na cidade do Rio de Janeiro, por força de decisão, em última instância, do Supremo Tribunal Federal. Isso somente engrandeceria e valorizaria os acontecimentos subseqüentes, como a extinção do tráfico de escravos, em 1850; a Lei do Ventre Livre, de 1871; a Lei do Sexagenário, de 1885, e Abolição da Escravatura, em 1888, que é o atestado da cidadania do negro brasileiro.

Sobre os resultados decorrentes desses fatos históricos há consideração e reflexões a serem feitas, não sendo este o momento adequado para que tais observações se verifiquem, mesmo porque aí estão as conclusões finais a que a III Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul, chegou, garantindo-nos que instituições como o Conselho Estadual da Comunidade Negra de Minas Gerais estão absolutamente no caminho certo.

Agradeço a todos e aproveito a oportunidade para fazermos uma reflexão: "O que podemos fazer a mais?". Temos que unir nossas correntes para, juntos, venceremos essa barreira. Na realidade, ainda falta maior integração dos companheiros negros. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Floriano de Lima Nascimento

Exmos. Srs. Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa; Olavo Romano, Williman Hestefany da Silva, Prof. Herildo do Nascimento, Aluísio Pimenta, Profa. Raimunda da Silva Santos, Deputado Paulo Piau, Deputados e demais autoridades, família Alcântara e outros representantes da comunidade negra, trabalhei, por muitos anos de minha vida - mais de duas décadas -, nesta Casa, onde vivi os meus melhores momentos, até aposentar-me, em 1995, de modo que a emoção de estar aqui é dupla. Em um trecho de suas memórias, o político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos escreveu. (- Lê:)

"Nossa civilização provém da costa da África, porque daquele continente veio o trabalhador robusto, o único que poderia ter produzido, como produziu, as riquezas que proporcionaram a nossos pais recursos para mandar os filhos estudar nas academias e universidades da Europa, para ali adquirirem os conhecimentos de todos os ramos do direito público constitucional que impulsionaram e apressaram a independência e presidiram a organização consagrada na Constituição e em outras leis orgânicas, ao mesmo tempo fortalecendo a liberdade".

Outro ilustre homem público e intelectual brasileiro a se manifestar sobre o assunto foi o antropólogo Artur Ramos. Disse: "Foi o braço negro que argamassou a civilização brasileira".

Poderíamos transcrever aqui várias afirmações como essas, feitas por pessoas qualificadas, de coração sincero e mente aberta, que reconheceram, em diferentes épocas da história, a importância da contribuição dos descendentes de africanos à formação social, cultural, política e econômica do Brasil. Fiquemos nos exemplos citados, juntando apenas um comentário sobre Artur Ramos, um nome injustamente esquecido no Brasil contemporâneo. Antropólogo de nomeada internacional, autor de obra vastíssima, na qual se incluem estudos sobre a contribuição de negros, europeus e índios à formação nacional, sempre nos comoveu em seus escritos, a par de outros aspectos, o fato de ele utilizar iniciais maiúsculas sempre que se referia ao negro, tanto era o respeito que nutria por esse segmento da nossa população. Diretor-Geral da UNESCO, esse estudioso profundo, espírito solar da nossa cultura, faleceu no pleno exercício do seu cargo.

A reunião especial realizada pela Assembléia Legislativa no dia de hoje, data que assinala a morte do Zumbi dos Palmares, incluída na agenda cívica nacional como Dia da Consciência Negra, está dentro da mesma linha de pensamento e coerência histórica: cabe ao Legislativo de Minas o pioneirismo, no território mineiro, quanto à prevenção e ao combate à discriminação racial. O Projeto de Lei nº 2.036/86, de autoria do ex-Presidente deste Poder, Deputado Genésio Bernardino de Souza, dispunha sobre a aplicação, em nosso Estado, dos dispositivos constitucionais e legais que asseguram os direitos e garantias individuais e dá outras providências. Vetado pelo Governador da época, o projeto não se transformou em lei, mas permanece como um marco relevante.

A propósito, não poderia deixar de falar da importância de um projeto que se encontra em tramitação nesta Casa, que estrutura o Conselho de Participação da Comunidade Negra. Ele já foi aprovado em 1º turno e encontra-se nas comissões. Deverá ser discutido amanhã e, se for aprovado em 2º turno, estará em condições de ser encaminhado ao Poder Executivo, para ser sancionado pelo Governador. Esse projeto é

muito importante para a estruturação do Conselho.

Um dos fatos mais importantes na história do Brasil refere-se à participação dos descendentes de africanos na construção do País. No momento em que surgem, em vários pontos do mundo, inclusive no Brasil, velhas e ultrapassadas formulações do racismo e da xenofobia, torna-se oportuno trazer ao público informações que ajudarão a esclarecer questões envolvendo a contribuição extraordinariamente importante do povo negro no Brasil e no mundo.

De acordo com as mais recentes teorias antropológicas, a origem da raça humana está na África. Vivendo no Sul do deserto do Saara, os negros distribuíram-se em dois grupos lingüísticos: os africanos ocidentais e os bantus. A civilização africana atinge a fase de maior esplendor na região do rio Níger, situado no lado ocidental. Viajantes árabes, que no século VII cruzaram as regiões sul e norte do continente, admiraram-se ao encontrar povos e culturas que existiam há milhares de anos, como as do Senegal, do Mali e do Gana. Este era o mais evoluído dos Estados. Sugeriu elevado grau de organização política. Seu território era dividido em províncias, que por sua vez se subdividiam em unidades menores. O historiador Gregory Rabassa, da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, afirma que o Império de Gana "correspondia grosseiramente à Idade Média na Europa". Ali, no século XV, foi fundada a Universidade de Timbuctu, em parte devido à influência de mercadores e missionários muçulmanos.

Ao avançar pela África Oriental, atravessando o território do Sudão, a população negra influencia e é influenciada pelos egípcios. Esculturas antigas, recuperadas por arqueólogos, revelam grandes variações na aparência dos egípcios, que abrangia desde tipos mediterrâneos, com fisionomias caucasianas, até tipos negróides, com lábios carnudos, narizes chatos e cabelos encaracolados. Tanto o historiador Heródoto como o poeta Homero descreveram os egípcios de sua época como negros de cabelos encarapinhados, um povo mulato de origem negra e semita. O antropólogo W.E.B. Dubois afirma que o termo "hamítico", de origem bíblica, foi inventado por etnólogos europeus para "evitar designar os egípcios como o que realmente eram, um povo mulato, de origem negra e semita". Com efeito, nota o historiador John Hope Franklin, tão intensa foi a miscigenação e a fusão cultural do Egito - cadinho cultural de um novo grupo humano, amálgama de todas as diferenças - que o florescimento da cultura considerada "o berço da civilização" deve ser creditado à contribuição de vários povos, entre eles o negro.

Na Europa do século XV, o tráfico negreiro iniciado com a exploração da costa africana pelos portugueses - que haviam estabelecido postos comerciais em Angola e Moçambique -, intensificou-se depois das lutas travadas pelos cristãos contra os mouros e os sarracenos. A chegada dos primeiros escravos ao Novo Mundo ocorreu em 1502. Daí em diante, de acordo com o antropólogo Artur Ramos, companhias portuguesas, espanholas, francesas, inglesas, holandesas e brasileiras inundaram de negros escravos vários pontos das Índias Ocidentais, da América do Norte, da Venezuela, da Colômbia, das Guianas e do Brasil, de onde foram mandados para as plantações de cana-de-açúcar, de café, de algodão, de fumo, para os trabalhos de mineração e para os serviços citadinos.

Os africanos chegaram ao Brasil ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Embora haja divergência quanto a esses números, estima-se que o total de escravos trazidos para o nosso País ficou em torno de 5 milhões. Desde o momento em que aqui chegaram, os africanos e seus descendentes opuseram brava resistência ao cativeiro, contrariamente às versões que se procura propalar. Em vários pontos do País surgiram agrupamentos organizados, chamados de quilombos. O mais célebre deles foi o de Palmares, em Alagoas, que se estendeu de 1630 a 1697, quando não pôde mais resistir ao cerco das tropas do Governo. Seu líder, que tombou em 20 de novembro daquele ano, foi Zumbi dos Palmares, cuja memória se homenageia no dia de hoje. Outras insurreições, como as de 1807, 1809, 1813 e 1916, na Bahia, as revoltas nagôs, o Quebra-Quilos, a Cabanada e a Balaiada - nas quais os negros e os mulatos tiveram destacada atuação - atestam a reação dos descendentes de africanos contra a condição de escravos.

Os negros ainda participaram ativamente do Movimento Abolicionista, constituindo-se, sem sombra de dúvida, em artífices da própria libertação. Lado a lado com abolicionistas eminentes como Castro Alves, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e outros, destacaram-se nomes como os de Luís Gama, André Rebouças, José Ferreira de Meneses, José do Patrocínio e outros.

A contribuição dos negros e dos mulatos à vida e à cultura brasileira estende-se a todos os setores, constituindo-se em fenômeno sem precedentes na vida americana. Nos cultos afro-brasileiros, na arte popular, na pintura, na escultura, na arquitetura, na culinária, na ciência, nas letras, em suma, em tudo o que significa a brasilidade, a presença negra se impôs com extraordinário vigor, sem falar na economia, da qual foi o sustentáculo.

Para não deixar dúvidas sobre essa afirmação, aqui vão alguns nomes escolhidos ao acaso, em diversos campos de atividade, numa lista muito resumida: na pintura, na escultura e na arquitetura, Aleijadinho, Mestre Valentim, Pedro Américo, Santa Rosa e outros; compositores sacros da região do rio das Mortes, em Minas Gerais, em São João del-Rei, Tiradentes e Prados; compositores populares: Donga, Ataulfo Alves, João da Baiana, Milton Nascimento, Djavan e outros; Basílio da Gama, Natividade Saldanha, Gonçalves Dias, Castro Alves, Luís Gama, Cruz e Souza, Machado de Assis, Lima Barreto, Solano Trindade e outros, na literatura; Grande Otelo, Milton Gonçalves, Haroldo Costa e outros, dramaturgia; André Rebouças, Tobias Barreto, Farias Brito, Evaristo de Moraes, Dom Silvério, Milton Santos e outros, na ciência, no direito, na filosofia, na geografia, na antropologia e na oratória sacra; Henrique Dias, Zumbi dos Palmares, Luís Gama, José do Patrocínio, Evaristo da Veiga, Nilo Peçanha, João e Otávio Mangabeira, Abdias do Nascimento e outros, na política; Zizinho, Friedenreich, Fausto, Leônidas da Silva, Domingos da Silva, Ademar Ferreira da Silva, João do Pulo, Djalma Santos, Garrincha, Didi, Pelé e outros, no esporte. Esse quadro ficaria incompleto, se não mencionássemos a participação da comunidade negra na formação política do Brasil, na monarquia e na república.

Quando iam mais acesos os debates sobre a substituição da monarquia pela república, já no século XIX, uma plêiade de políticos negros destacou-se na defesa de posições republicanas: José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama e outros. Este último, famoso por suas atividades no Clube Radical Paulistano, engajou-se, de corpo e alma, no movimento, mesmo quando seus companheiros ainda vacilavam.

Mais adiante, encontramos negros e mulatos ocupando importantes postos na política brasileira. Da lista, consta, pelo menos, um Presidente da República, Nilo Peçanha, que, segundo os estudiosos, tinha origens étnicas inegáveis. Elegeu-se Deputado à Constituinte Federal de 1890 e à primeira legislatura do Congresso. Foi Senador pelo Estado do Rio em 1903.

Em 1931, é fundada, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira, com o propósito de congregar a comunidade. Seus editoriais eram publicados em "O Clarim da Alvorada", que surgiu, mais ou menos, à mesma época de vários jornais e revistas, como "A Chibata", "Cultura", "O Clarim" e "Voz da Raça".

Na área militar - Exército e Marinha -, heróis negros destacaram-se em várias ocasiões, sendo alguns lembrados e homenageados até hoje nas Armas a que pertenceram. É o caso do africano Antônio, de Henrique Dias, de João Batista de Faria, de Cesário Álvares da Costa, de Antônio Francisco de Melo, de Marcílio Dias e do negro Jesus, sem falar em João Cândido, líder da Revolta da Chibata, este, até hoje, sem anistia.

O negro começou, afirma o historiador Rocha Pombo, "por defender, em toda a costa, a presença e o estabelecimento dos portugueses, guarnecendo-lhes as povoações e as fazendas, resistindo heroicamente aos índios e tomando parte em todas as batalhas de que dependia o bem-estar dos colonos".

Em seguida, passou a defender o território contra a pirataria e a intrusão. Na defesa do litoral, principalmente contra os holandeses, depois nas Entradas e Bandeiras e, mais tarde, na Guerra do Paraguai, entrou para a história a valentia e a combatividade do negro, individualmente ou

em batalhões.

No momento em que se trava ampla discussão sobre a cidadania, é necessário lembrar a importância da contribuição dada por esses brasileiros na construção do País. Sem o resgate desse passado - inexplicavelmente excluído dos currículos das escolas -, qualquer discussão sobre os direitos do cidadão não passa de conversa inconsequente.

Encerrada essa viagem pela história, colocarei, de modo muito objetivo, as reivindicações da comunidade negra. Estamos vivendo num mundo que se transforma a cada momento. Estamos no início do século XXI, e a previsão era de paz, de tranqüilidade. No entanto, acontecimentos internacionais, principalmente os ocorridos no dia 11 de setembro, nos Estados Unidos, mostraram que este século pode não ser bem aquilo que esperávamos. A nova ordem surgida após a extinção da União Soviética, a derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu e a derrubada do Muro de Berlim se impuseram quase como valor único no mundo.

Em razão de fenômenos como a globalização, tangida pela ideologia neoliberal, passamos a verificar modificações muito rápidas, muito dinâmicas na economia. Percebeu-se logo que aquilo que se esperava da globalização econômica - distribuição equitativa da riqueza, o que significaria melhoria nas condições dos países mais pobres - não aconteceu. As desigualdades acirraram as crises. Todo esse somatório de fatores trouxe modificações muito grandes. Existem discussões candentes na área econômica. Há poucos dias terminou uma rodada importante de discussões na Organização Mundial do Comércio, em que o Brasil tentou fazer valer as suas posições. O que se exige hoje dos países do bloco mais rico é que haja o fim do protecionismo aos seus produtos, que deixem de exigir as barreiras extra-alfandegárias dos países em desenvolvimento. Evidentemente, sem o desenvolvimento econômico, sem o combate à pobreza, sem a diminuição da desigualdade, continuaremos a viver num mundo em crise, cheio de conflitos, marcado por guerras e terrorismo.

A comunidade negra - que tem tradição histórica, que ajudou na construção das três Américas, que, em todas as partes do mundo, se inseriu nas lutas e ajudou a construir - não pretende ficar como um assistente passivo dessas mudanças. O que desejamos no Brasil? Além de reivindicações pontuais, queremos a aplicação rigorosa da legislação anti-racismo, que, lamentavelmente, começa a ser diluída pelos tribunais, que não a aplicam como deveriam. Queremos o fim do racismo estrutural, forma de racismo que, pela inércia, impede, cria dificuldades à ascensão de outros grupos sociais. Queremos a melhoria das condições de saúde, de educação, de saneamento básico. Queremos um projeto de desenvolvimento, porque uma grande parte da comunidade negra está integrada a esses 50 milhões de miseráveis, apontados em pesquisa do IBGE. São pessoas que vivem nas favelas, estão excluídas, não têm moradia, emprego, enfim, não têm condições de viver decentemente.

Defendemos, então, que haja a retomada de um projeto de desenvolvimento econômico, que possa resgatar a maioria da população brasileira, a comunidade negra, da sua pobreza, da sua exclusão.

Mas queremos, também, que se retome a idéia de um projeto de nação, porque essas questões não prosseguirão sem ele. Quando uma nação não formula seu próprio projeto, este começa a ser formulado por outros, e é o que vem acontecendo com o Brasil: hoje, os projetos vêm do FMI, do Banco Mundial, do G-7, não são formulados por nós. Então, é necessária a retomada de um projeto de nação, de um processo de desenvolvimento, para que a sociedade brasileira possa se livrar da dependência externa e se inserir na modernidade, tornar-se um país desenvolvido. É com isso que a população será elevada.

A par disso, a comunidade negra faz algumas reivindicações. Vou mencionar algumas, a título de exemplo: punição rigorosa para os crimes de discriminação racial; demarcação das áreas remanescentes de antigos quilombos existentes no País e outorga aos seus ocupantes dos títulos de propriedade, como assegura a Constituição Federal.

A nossa Constituição diz claramente que os moradores das antigas áreas de quilombos têm direito a receber os títulos das suas terras. No entanto, criam-se vários entraves burocráticos para não lhes dar esses títulos.

Além disso, queremos políticas afirmativas, com a finalidade de produzir mudanças na situação da comunidade negra: na área da educação, com escolas de 1º, 2º e 3º graus; nos meios de comunicação, com a questão da imagem dos negros. Os órgãos de comunicação ainda a estereotipam. Os negros aparecem, em novelas e em outras produções de tevê, quase sempre desempenhando funções subalternas. Não que seja desonroso esse tipo de trabalho, mas isso vai criando estereótipos, e precisamos de uma revolução nesse aspecto.

Queremos mudança radical no ensino da História do Brasil, no que se refere aos descendentes de africanos. Os nossos livros de História ainda omitem aspectos importantes da trajetória dos negros e dos seus heróis.

Queremos - e isso fez parte de uma das propostas que o Conselho Estadual da Comunidade Negra levou a Durban, na África do Sul - a equiparação dos crimes de racismo praticados por grupos organizados a crimes contra a humanidade, incluídos na competência do Tribunal Penal Internacional.

Finalmente - e essa é exigência feita às elites dirigentes deste País -, a comunidade negra apela para que se elabore um projeto de nação ao lado de um projeto de desenvolvimento econômico que permita aos brasileiros de todas as origens viver condignamente.

Gostaria de deixar essas palavras no dia em que se comemora a morte de Zumbi, o Dia da Consciência Negra, para que façamos uma reflexão a respeito disso, e de dizer para a comunidade negra que aqui se encontra que estamos dando passos significativos para maior inserção na vida e na política deste País. É muito importante que a Assembléia Legislativa esteja unida a nós e tenha propiciado este encontro, esta reunião, porque isso fortalece os diversos movimentos negros e aumenta nossas esperanças quanto ao futuro. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a Família Alcântara Coral, que, sob a regência do maestro Pedro Antônio, apresentará as músicas "Nobody Knows" e "Galo Cantou".

- Procede-se à apresentação do coral.

Entrega de Placas

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Williman Hestefany da Silva, Presidente do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual à etnia negra que se faz presente em todos os estágios da história de nossa Pátria, contribuindo efetivamente para formação do povo brasileiro. Belo Horizonte, 20 de novembro de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Prof. Floriano de Lima Nascimento, membro do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual à raça negra, presente em todos os momentos da história do Brasil - na colonização, nos feitos heróicos, nas lutas em defesa da Pátria, no cancionário popular, nas artes, na cultura e nos esportes. Belo Horizonte, 20 de novembro de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

ATA DA 156ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 19/11/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Pastor George - Palavras do Bispo Gilberto Aparecido Abramo - Apresentação musical - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Ambrósio Pinto - Carlos Pimenta - Fábio Avelar - João Leite - João Paulo - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Pastor George - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Lincoln Portela, Deputado Federal; Bispo Gilberto Aparecido Abramo, representante da Igreja Universal do Reino de Deus; Bispo Reinaldo Gilli, Presidente do jornal "Hoje em Dia" e da Rede Record Minas; Deputado João Paulo e Deputado Pastor George, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Igreja Universal do Reino de Deus pelo transcurso de seus 24 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

No Brasil, historicamente, há muito se verificou a separação entre os poderes temporal e divino. Somos um Estado laico, mas nem por isso o brasileiro deixa de ser um povo profundamente religioso. Essa religiosidade se reflete no cotidiano de nossa gente e estende-se às autoridades constituídas. Não é por outra razão que sempre invocamos a proteção de Deus, ao iniciar as reuniões da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. E não é por outro motivo que hoje nos reunimos para homenagear a Igreja Universal do Reino de Deus pelos seus 24 anos de fundação.

Ao nos prepararmos para presidir o encontro em nome desta Casa, chamou-nos a atenção o lema adotado por nossa homenageada. Com efeito, está no Evangelho segundo São Marcos a ordem divina: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura". Pois é o que vem fazendo a Igreja Universal do Reino de Deus nestes mais de 20 anos de presença entre nós: divulga a mensagem cristã como caminho para a cura das enfermidades, para o bem-estar material, para a união das famílias e para a santificação da vida.

À primeira vista, poderia parecer um objetivo utópico neste mundo cheio de mazelas. Na verdade, é um propósito realista e extremamente atualizado: afinal, milhões de brasileiros ainda vivem sujeitos a endemias e epidemias, os grupos familiares se desagregam pela incompreensão e pela instabilidade econômica, enquanto muitos são os cidadãos que vivem abaixo da linha de pobreza. Seria um cenário triste, se não fosse humano, e poderia alimentar a desesperança, se não fosse por Deus. Daí a enorme importância da obra da Igreja Universal do Reino de Deus: ela ajuda milhões de brasileiros no esforço pela paz, pelo exercício das virtudes e pela dignidade material.

Não vamos discorrer sobre a trajetória luminosa de nossa homenageada. Isso caberá aos oradores que nos seguirão, os quais levarão aos presentes o relato de lutas e vitórias ao longo destas duas décadas. Gostaríamos de lembrar, tão-somente, que a iniciativa da homenagem coube ao colega Deputado Pastor George e que, em razão dela, temos o privilégio de receber este grupo fervoroso e motivado.

A todos endereçamos a saudação especial do Legislativo mineiro. Estejam certos de que aqui são muito bem-vindos e de que compartilhamos, de modo integral, da sua honesta alegria. Parabéns, Igreja Universal do Reino de Deus! E parabéns aos que aqui estão conosco, neste encontro de espiritualidade e de paz, exatamente neste momento em que o mundo se vê conturbado pela guerra e pela intolerância. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Pastor George

Exmo. Sr. Presidente Wanderley Ávila, 2º-Secretário desta Assembléia; Exmo. Sr. Deputado Federal Lincoln Portela; Exmo. e Revmo. Bispo Gilberto Aparecido Abramo; Exmo. Sr. Deputado João Paulo, na pessoa de quem quero cumprimentar os demais colegas que aqui se fazem presentes, Deputado Carlos Pimenta, Deputada Maria Olívia, Deputado João Leite; senhoras e senhores, órgãos da imprensa, membros desta Casa, realmente, hoje é um dia muito especial, pois estamos homenageando os 24 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. O "slogan" ao qual se referiu o Presidente, com muita propriedade, é aquele que traduz o sentimento e a razão por que a Igreja Universal do Reino de Deus existe: fazer não só o Brasil, mas também o mundo reconhecer que Jesus Cristo é o Senhor.

Antes de falar sobre a Igreja Universal, quero agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, que nos permitiu, a partir da assinatura dos membros do Colégio de Líderes desta Casa, a realização deste momento. Tenho certeza de que os Bispos e Pastores - já vejo muitos Pastores e membros da Igreja - ficarão eternamente gratos a esta Casa por esta homenagem tão importante. Gostaria de dizer que a Igreja Universal do Reino de Deus tem tido a responsabilidade de transmitir uma mensagem especial para o povo brasileiro e, agora, a imagem de 80 países em que ela está. Essa mensagem vem trazer, como o próprio Evangelho já significa, boas novas, levando o alívio para milhares de pessoas, que, certamente, no dia-a-dia, necessitam de um conforto e de uma orientação espiritual, e a Igreja tem procurado traduzir isso no dia-a-dia, por meio de suas reuniões, levando, por meio do poder de Deus, a cura das enfermidades da alma e do corpo e a busca da presença definitiva e concreta do Senhor Jesus, trabalhando em prol do Evangelho e do crescimento do nosso País.

Ao completar 24 anos, a Igreja Universal do Reino de Deus tem ganhado milhares de almas para o nosso Senhor Jesus. É bom destacar que muitas dessas pessoas viviam marginalizadas e infelizes, pessoas que eram, muitas vezes, desprezadas pela sociedade, gente que não teve sorte na vida, não teve chances de poder vencer e que, ao longo dos anos, ficou à margem da nossa sociedade. Essas vidas são resgatadas para uma nova vida, recuperando sua auto-estima, sua vontade de viver e, principalmente, a capacidade de enfrentar as lutas. Sabemos que é impossível vivermos neste mundo sem termos que travar grandes desafios, grandes lutas. E não se pode dizer que o Evangelho venha para uma pessoa e que, a partir desse dia, não haja mais lutas e desafios. Não, o Evangelho traz à pessoa a capacidade de lutar e de vencer, porque é poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê. Esse é, também, o lema da Igreja Universal, porque ela enfrentou muitos obstáculos, desde a sua fundação, e nunca se deixou levar por esses obstáculos e adversidades que surgiram e seguiu em frente, fortalecendo-se cada vez mais na pregação do Evangelho. São 24 anos de lutas, sim, mas 24 anos de vitórias.

A Bíblia diz: "Vem do Senhor a salvação dos justos; Ele é a sua fortaleza no dia da tribulação". E a Igreja Universal do Reino de Deus prima por levar o povo brasileiro e o dos países onde já está a ter, em Cristo Jesus, essa fortaleza capaz de enfrentar e de vencer. Para isso, nossa Igreja já está presente em todo o Brasil. Em todos os Estados brasileiros, temos a Igreja Universal, assim como, agora, em mais de 80 países, mostrando e pregando, conforme acreditamos, a existência de um só Deus, vivo, verdadeiro e eterno, de infinito poder e sabedoria, criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis.

A Igreja Universal do Reino de Deus iniciou sua jornada em 1977, quando um jovem de espírito empreendedor, Edir Macedo, hoje, o Bispo responsável pela Igreja no Brasil e no mundo, pregava a palavra de Deus, levando essa palavra de vida e esperança a um pequeno coreto no jardim do Méier, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Com o auxílio de um grupo de pessoas de fé, em 9/7/77, nasceu oficialmente a Igreja Universal do Reino de Deus. O número de pessoas foi crescendo, e as reuniões passaram a ser realizadas em antiga funerária, no Bairro da Abolição, também na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A Igreja parecia ter realmente a missão enorme de provocar o avivamento espiritual no País. Foi crescendo, e foi preciso alugar um espaço maior, um galpão, que se tornou o grande Templo da Abolição, com capacidade para 1.500 fiéis, já com o objetivo de pregar o Evangelho aos quatro cantos do mundo, seguindo a ordem imperativa do Senhor Jesus: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura".

Isso se transformou num ideal de vida para o Bispo Edir Macedo, que começou a utilizar os meios de comunicação, como rádios e espaços na televisão. Hoje, a Igreja Universal do Reino de Deus possui vasto poderio, com rede de rádios e televisões espalhadas por todo o território brasileiro. Esse aparato de comunicação serve para cumprir o seu objetivo primordial de divulgar e pregar o Evangelho, tornando-se fonte para levar milhares de vidas aos pés do Senhor Jesus.

Devido a esse crescimento fenomenal, também reconhecido pelos institutos de pesquisas, a Igreja Universal do Reino de Deus, ou simplesmente IURD, resolveu, além de inaugurar mais templos, inovar construindo catedrais nos Estados do Brasil, para que funcionem como sedes. Prova disso é que no Rio de Janeiro foi construído recentemente o Templo da Glória do Novo Israel, situado no Bairro Del Castilho, na Zona Norte, hoje com capacidade para 12 mil pessoas. Inaugurado em agosto de 1999, tornou-se ponto de encontro para todos os membros da Igreja Universal do Reino de Deus.

Mas o jovem Edir Macedo parecia obstinado no seu propósito de levar o Evangelho não apenas ao povo brasileiro. A visão que Deus deu àquele jovem era universal. A Igreja Universal do Reino de Deus, pela direção do Espírito Santo, chegou até o exterior, além das fronteiras do nosso Brasil, aos Estados Unidos, à Europa, à África do Sul, e recentemente temos entrado no continente asiático. Inauguramos Igrejas também no Japão.

A primeira Igreja Universal do Reino de Deus no exterior foi fundada em 1980, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Em março deste ano, depois de muita luta, conseguiu o seu primeiro templo na Terra Santa, em Israel, e também na cidade de Tel-Aviv.

Uma das características da Igreja Universal tem sido concentrar grande número de pessoas durante as reuniões. Por esse motivo, tornou-se habitual a utilização de ginásios, clubes e grandes áreas, bem como de estádios, em quase todas as Capitais, principalmente no maior estádio do mundo, o Maracanã, onde eventualmente milhares de pessoas se reúnem com o objetivo de buscar a presença de Deus.

Quem diria que aquela pequena concentração de pessoas no coreto do Méier chegaria ao ponto de ter que lotar estádios como o Maracanã! Com essa visão e com esse espírito, o Bispo Edir Macedo tem trabalhado através de todos os Bispos, Pastores e obreiros.

Não podemos esquecer que a Igreja Universal do Reino de Deus não é apenas o Bispo Edir Macedo, em que pese a sua liderança, em que pese ao fato de ser uma pessoa ungida por Deus e uma liderança inconfundível, uma liderança que se tem pautado por dedicar sua vida às pessoas, por se dar, desde sua juventude, quando ainda tinha todos os cabelos, dedicando sua vida em favor do Evangelho.

O Evangelho de Mateus diz que a seara na verdade é grande, mas os trabalhadores são poucos. Diz: "Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores". E o Bispo Macedo foi multiplicando esse número de trabalhadores. Como diz a palavra de Deus referindo-se aos

apóstolos, homens dos quais o mundo não era digno. E a Igreja Universal do Reino de Deus tem sido um celeiro de Pastores, de homens de Deus, homens que abandonaram sua vida secular e entregaram-se totalmente ao ministério da Palavra de Deus. Hoje é possível encontrar Pastores que foram criados no Brasil em lugares distantes, no firme propósito de serem verdadeiros atalaias do Senhor Jesus no mundo inteiro. Pastores que muitas vezes são perseguidos, discriminados. Há ainda um preconceito, mas a Igreja Universal, ao longo dos anos, vem mostrando que é também uma parceira na construção deste País. Ela tem sido um braço estendido para ajudar os nossos Governos, que enfrentam dificuldades enormes na recuperação e ressocialização de milhares de presos, na condução deste País de excluídos. Existem milhares de pessoas que vivem realmente abaixo do nível de desenvolvimento humano. A Igreja Universal do Reino de Deus acolhe essas pessoas, como eu disse no início, muitas vezes rejeitadas pela sociedade, as quais encontram na Igreja um apoio espiritual, a oração que produz mudanças enormes do ponto de vista do caráter, do ponto de vista da força para lutar, da vontade de viver. É nos templos da Igreja Universal que nos deparamos com essa gente que, depois de alcançada pela palavra de vida, cresce, transformando-se em pessoas com vontade de vencer e de batalhar. Úteis, voltam a contribuir muito para a nossa sociedade.

Além do trabalho intenso na área de evangelização, as obras sociais crescem num ritmo muito grande na Igreja Universal. A ABC, que é um braço social da Igreja, reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal, vem prestando auxílio, através de seus trabalhos, às comunidades carentes, a ex-presidiários e a pessoas hospitalizadas e desempregadas. Como se não bastasse, a Igreja Universal, nestes 24 anos, enxergou que o Brasil é um país promissor, um país do futuro. Se nos unirmos, poderemos ter um país melhor. Ela já está objetivando isso quando chega ao Nordeste, uma região pobre e esquecida pelos nossos Governos, e implanta um projeto que revoluciona aquela região. O Projeto Nordeste, fruto de mais uma conquista, que tem à frente uma pessoa não menos ungida, o Bispo Marcelo Crivela, tem conseguido estabelecer numa cidade do interior baiano uma base inicial de tudo que pode ser feito em todo o Nordeste. Foi implantada ali a Fazenda Canaã, uma propriedade de 450ha, onde o nordestino tem sua auto-estima restaurada, assim como sua vontade de lutar e de batalhar.

Como membro da Igreja Universal há 17 anos, sinto-me honrado em fazer parte de uma comunidade tão séria, de um grupo de Bispos e Pastores, homens de caráter, que têm pautado suas vidas pelo testemunho da palavra do Senhor Jesus.

Obrigado, Bispo Gilberto, obrigado, Igreja Universal do Reino de Deus, que me ensinou a andar nos caminhos do Senhor Jesus. Costumo dizer que a Igreja Universal é minha mãe, porque, quando nela ingressei, tinha apenas 13 anos, encontrando-me na adolescência, em fase de formação do caráter e aprendendo a viver. A Igreja Universal, como uma mãe, recebeu-me de braços abertos. Digo aos jovens que aqui se encontram, que têm o objetivo de andar na presença de Deus, que não desanimem diante das lutas, dos desafios, porque terão a sua recompensa, pois o Senhor Jesus nos deixa claro: "Aquele que me serve, o Pai honrará". Os jovens são o futuro do empreendimento da Igreja Universal, que é o de levar o Evangelho aos quatro cantos.

Que Deus abençoe o Bispo Macedo, tão incompreendido por muitos órgãos de imprensa e outros setores do nosso País. Se as pessoas conhecessem o Bispo Macedo, não teriam a mesma opinião de alguns setores, que, talvez movidos pela inveja, não vêem o quanto esse homem tem feito em prol da comunidade. Que Deus abençoe os Bispos e Pastores da Igreja, seus membros e freqüentadores. Parabéns pelos 24 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. Acreditamos que, enquanto o Senhor Jesus não voltar, muitos anos virão de lutas, batalhas e conquistas.

Registro a presença de vários Pastores de outras congregações, deixando meu respeito e consideração por todos os homens de Deus, independentemente de suas igrejas. Obrigado.

Palavras do Bispo Gilberto Aparecido Abramo

A Igreja Universal é grata por este reconhecimento, que, como o Pastor George disse, foi conquistado com muitas lutas, lágrimas, porque somente quem está na pele pode sentir quando somos criticados, taxados de ladrões. Somente assim sabemos o que é essa dor. Quando recebemos um reconhecimento como este, o nosso coração se alegra, mas essa alegria, não a oferecemos a nós mesmos; oferecemos ao Senhor Jesus, porque, se temos tido forças para continuarmos em pé, é graças a Ele. Se completamos 24 anos, foi graças a Ele; não temos e não damos a ninguém mérito, senão a Ele.

Gostaria imensamente de agradecer ao Sr. Presidente e a todos os Deputados desta Casa esta homenagem prestada. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem a cantora Ilma Ali Adri, acompanhada do tecladista Ricardo Monteiro, que interpretará a música "O Deus de Maravilhas". Em seguida, ouviremos a música "Deus Cuida de Mim", que será interpretada pelo músico Márcio Ribeiro (voz e violão) e pelo maestro Tom, no teclado.

- Procede-se a apresentação musical.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistirem ao vídeo "Perfume Universal". O Deputado Pastor George pede aos jovens que cantem junto com o vídeo.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Bispo Gilberto Aparecido Abramo placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê:) "À Igreja Universal do Reino de Deus, a homenagem do Poder Legislativo Estadual pelo trabalho que, seguindo os ensinamentos de Jesus, vem desenvolvendo no sentido de resgatar pessoas para uma nova vida. Belo Horizonte, 19 de novembro de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a cantora Valéria Costa, que interpretará a música "Neste Dia".

- Procede-se a apresentação musical.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 20, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 20/11/2001.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Membros DAS Comissões Permanentes e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às onze horas e trinta minutos do dia seis de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Anderson Aduino, Dilzon Melo, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados e debater o Projeto de Lei nº 1.763/2001. Registra-se a presença dos Srs. José Lana Raposo, Diretor da Área de Operações 3, representando o Sr. Murilo Badaró, Presidente do BDMG; acompanhado dos Srs. Francisco Pena, Analista; Marilene Chaves, Consultora, e Ivone Maria de Almeida Luz, Gerente do Departamento de Fundos, todos do BDMG; Márcio Carvalho, Assessor Econômico da FAEMG, representando o Sr. Gilman Viana, Presidente da FAEMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rêmoló Aloise, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Ato contínuo, passa a Presidência ao Deputado Dilzon Melo. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Dilzon Melo - Ivair Nogueira - Sebastião Navarro Vieira - Antônio Carlos Andrada.

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às onze horas e quinze minutos do dia oito de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Chico Rafael, Bilac Pinto (substituindo este ao Deputado Paulo Piau, por indicação da Liderança do PFL) e José Braga (substituindo o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Braga, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado José Braga em que solicita a realização de reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de se apreciar, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.279/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a anistia fiscal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do preço do leite

Às quinze horas e quinze minutos do dia oito de novembro de dois mil e um, comparecem no Salão Nobre da Associação Brasileira de Criadores de Zebu - ABCZ -, no Parque de Exposições de Uberaba, os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Cristiano Canêdo e Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo este ao Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Anderson Aduino. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente convida para compor a mesa dos trabalhos os Srs. Rômulo Kardec Camargos, Secretário Municipal de Agricultura, representando o Sr. Marcos Montes Cordeiro, Prefeito de Uberaba; Vereador João Gilberto Ripporatti, relator da Comissão de Agropecuária, representando o Vereador Elmar Humberto Goulart, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba; Rivaldo Machado Borges Júnior, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba; José Olavo Borges Mendes, Presidente da ABCZ; Renato da Cunha Oliveira, Presidente da Girolando; Paulo Roberto, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberlândia; e João Vicente Davina, Promotor de Defesa do Consumidor. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Técnica de Leite da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Rivaldo Machado Borges Júnior, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba; o Cel. Fernando Vieira da Silva, Presidente da COOPERVALE, de Uberaba; os Srs. Wagner dos Reis Silva, Presidente da Associação dos Supermercadistas de Uberaba; Júlio Wallace Cardoso, Gerente Regional da Parmalat, em Goiânia, representando o Sr. Luís Carlos Geanasi, Supervisor da Parmalat, em Tupaciguara; Luiz Aurélio Gimenez, Gerente Regional do Supermercado Bretas; Alair Martins, Presidente do Grupo Martins, de Uberlândia; Mauro Carlos Breder, Diretor do Carrefour, de Uberlândia; e João Fernando dos Santos, Gerente de Administração de Produção da Vigor, em São Paulo; não tendo os três últimos comparecem. O Presidente passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem à reunião, para suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos convidados, que fazem suas exposições e são questionados pelos membros da Comissão. Aberta a fase de participação dos produtores rurais, fazem uso da palavra os Srs. Paulo Roberto Andrade Cunha e João Oswaldo Manzan, respectivamente Presidentes dos Sindicatos dos Produtores Rurais de Uberlândia e Sacramento, João del-Rei, representante da Associação das Cooperativas do Triângulo Mineiro - ACOTRIM -; Íleo Borges de Araújo, Presidente da COASA, de Sacramento; Renato da Cunha Oliveira, Presidente da Girolando; Daniel Felipe, Presidente da COONAI e Diretor da Empresa Leite Nilza; Edmur Queiroz de Lima, membro do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Vereador Juarez Muniz, de Ituiutaba; Paulo Antônio da Rocha, representante dos Sindicatos dos Produtores Rurais de Ituiutaba, Capinópolis e Gurinhatã; Carlos Tercílio Bisinoto, Diretor do Sindicato Rural de Sacramento; Moacir Inácio da Costa, Vice-Presidente da Associação de Produtores Profissionais do Triângulo Mineiro; Joselito Gonçalves, proprietário do Laticínio Taigors; Cássio Rosa Assunção e Iron Vilela, produtores rurais de Carneirinho; e Laerte Gervásio, produtor rural de Ituiutaba. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Paulo Piau apresenta requerimento no qual solicita ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a instalação nesta Casa, após os termos dos trabalhos da CPI, de um grupo parlamentar de acompanhamento e negociação da cadeia produtiva do leite, com o intuito de acompanhar a implementação das políticas nacional e estadual para o leite, bem como o cumprimento das recomendações da CPI. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos produtores rurais presentes e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial do Esporte

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bené Guedes, Maria Olívia e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bené Guedes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Olívia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder a estudos sobre a formação de uma política para o desenvolvimento do esporte no Estado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Bené Guedes passa a direção dos trabalhos à Deputada Maria Olívia, para apresentar requerimento de sua autoria. O Deputado Bené Guedes, apresenta requerimento em que solicita seja ouvido o Sr. Watson Lima, representante da Confederação Mineira de Vôlei, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Comissão. O Deputado Ivair Nogueira, apresenta requerimento em que solicita sejam convidados representantes da UFMG, para se discutir o convênio firmado entre a UFMG e o Mineirão. Submetidos a votação, são aprovados esses requerimentos. Ao retomar a direção dos trabalhos, o Deputado Bené Guedes informa que essa parte da reunião se destina a ouvir os convidados, que discorrerão sobre a formação de uma política para o desenvolvimento do esporte no Estado. Registra-se a presença dos Srs. Watson Lima, representante a Confederação Brasileira de Vôlei; Álvaro Cota Teixeira da Costa, Assessor de Marketing e Planejamento da Federação Mineira de Basquete; Paulo Sérgio de Oliveira, Presidente da Federação Mineira de Handball, e o Sr. Maurício Magalhães, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece as suas considerações iniciais sobre o tema proposto. Logo após, passa a palavra aos convidados, pela ordem acima mencionada, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2001.

Bené Guedes, Presidente - Cristiano Canêdo - Maria Olívia.

ATA DA 67ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Mauro Lobo, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Breno Montoni, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas (2); José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (3); Mônica Messenberg Guimarães, Secretária Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Maria Ignês Bierrenbach, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 1º/11/2001; do Sr. Vilson Luiz da Silva, Presidente da FETAEMG, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 6/11/2001, e dos Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda; Ildéu José Gabriel de Andrade, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da Caixa Econômica Federal, e Pedro Alberto da Silva Alvarenga, Secretário Nacional da Segurança Pública, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 8/11/2001. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.612/2001, no 1º turno (Deputado Rogério Correia); 1.760/2001, no 1º turno (Deputado Ivair Nogueira); 1.706/2001, no 1º turno (Deputado Mauro Lobo); 1.707/2001, no 1º turno, e 718/1999, no 2º turno (Deputado Dilzon Melo); e 1.279/2000, no 2º turno (Deputado Rêmoló Aloise). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.213/2000 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.482/2001 na forma do vencido no 1º turno, e 1.595/2001 na forma proposta (relator: Deputado Dilzon Melo); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 250/99 na forma original (relator: Deputado Mauro Lobo); 598/99 na forma proposta (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.026/2000 com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dilzon Melo); 1.232/2000 na forma original (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.348/2001 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.373/2001 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.383/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Mauro Lobo); 1.634/2001 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.653/2001 na forma proposta e 1.655/2001 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.688/2001 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (redistribuído ao Deputado Rêmoló Aloise); 1.689/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ivair Nogueira); 1.760/2001 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e 1.761/2001 com as Emendas nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Subemenda nº 1 e 4 e pela rejeição da Emenda nº 3 (relator: Deputado Dilzon Melo); e os pareceres pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.344/2001 (relator: Deputado Luiz Fernando Faria) e dos Projetos de Lei nºs 1.387/2001 (relator: Deputado Dilzon Melo) e 1.666/2001 (relator: Deputado Ivair Nogueira). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.400/2001, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Rêmoló Aloise. Os Projetos de Lei nºs 1.588, 1.589 e 1.622/2001 foram convertidos em diligência à Secretaria de Recursos Humanos e Administração, por determinação do Presidente. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dilzon Melo em que solicita que a Comissão proceda ao levantamento e ao acompanhamento junto aos cartórios do lançamento e do recolhimento ao fisco do ITBI e do ITCD, bem como do recolhimento de taxa judiciária, custas e emolumentos, taxa de fiscalização judiciária e selo de fiscalização previstos na Lei nº 13.438, de 1999. e rejeitado requerimento do Deputado Márcio Cunha em que convida os Presidentes da COMIG e da CEMIG, os Diretores-Gerais do IEF e do DER-MG e o Comandante-Geral da PMMG para prestarem esclarecimentos sobre suas respectivas gestões. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 44ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Amílcar Martins, Djalma Diniz e José Henrique (substituindo este ao Deputado Paulo Pettersen, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Amílcar Martins, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado José Henrique os Projetos de Lei nºs 1.024, 1.189 e 1.279/2000 e ao Deputado Djalma Diniz o Projeto de Lei nº 1.749/2001. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.024, 1.189, 1.279/2000 (relator: Deputado José Henrique). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de

Lei nºs 1.677/2001 (relator: Deputado José Henrique) e 1.749/2001 (relator: Deputado Djalma Diniz). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Djalma Diniz - Marcelo Gonçalves.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 27/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.611/2001, do Deputado Márcio Cunha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.789/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.798/2001, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da CPI do Preço do Leite, a realizar-se às 14h30min do dia 27/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir a Sra. Adriene Barbosa, Presidente da Associação Mineira de Municípios; o Sr. Maurílio Guimarães, Prefeito Municipal de Curvelo, e os presidentes das associações microrregionais de municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 27/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 451/99, do Deputado Edson Rezende; 1.743/2001, do Deputado João Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.337/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.543/2001, do Deputado Luiz Menezes; 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.804/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.823, 2.824 e 2.825/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 2.838/2001, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Pettersen, Alencar da Silveira Júnior, Amilcar Martins e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas nos dias 27, 28 e 29, às 10 horas, e nos dias 27 e 29, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação da Profª Janete Gomes Barreto Paiva para integrar o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, Márcio Kangussu, Amilcar Martins e João Pinto Ribeiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública da Profª Janete Gomes Barreto Paiva, indicada para integrar o Conselho Estadual de Educação, e apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2001.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2001

CONVITE Nº 38/2001

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de manutenções preventiva e corretiva, não incluindo o fornecimento de peças, por um período de 12 meses, nos equipamentos existentes nos gabinetes odontológicos da ALEMG. - Licitante desclassificada: Odontomax do Brasil Ltda.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 9/2000 – Em 19/11/2001, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário autorizaram, com base no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, prorrogação, por um novo período, do serviço de transmissão direta de música ambiental nas dependências da ALEMG, pela empresa Belmusic Serviços Musicais Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Contratada: Petrobrás Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 3120 (301). Vigência: a mesma do contrato original.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: TSL – Safetech Sistemas Tecnológicos de Segurança Ltda. Objeto: serviços de perícia técnica de áudio e vídeo no sistema de Park digital e analógico interno e linhas externas. Vigência: até 20 dias após a assinatura do contrato. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3132 (301). Licitação: dispensa, nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2001

CONVITE Nº 50/2001

Objeto: aquisição de diversos envelopes - Licitantes desclassificadas: Fargráfica Ltda. (subitens 1.1 e 1.2) e Editora Gráfica Silveira Ltda. (subitem 1.3). Licitantes vencedoras: Papelaria e Tipografia Nívia Ltda. (subitens 1.1, 1.2, 1.6 e 1.7); Arte Final & Realce Ltda. (subitens 1.4 e 1.5) e Imprimaset Ltda. (subitem 1.3).

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.024/2000

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 22/11/2001, na pág. 55, col. 1, inclui-se, após o art. 4º do Projeto de Lei nº 1.024/2000, o seguinte artigo:

"Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário."